

“VINDE À PRAÇA PÚBLICA PROCLAMAR A SUA LIBERDADE” O REPUBLICANISMO POPULAR E A LUTA PELA ABOLIÇÃO

SANTOS, Cláudia. *Disputas Políticas pela Abolição no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2023. 424p.

O título desta resenha é parte do discurso de Apulcho de Castro, líder abolicionista negro, editor do jornal republicano *Corsário*, que, em 30 de outubro de 1881, bradava em praça pública contra a redução da participação popular no processo eleitoral, instituída pela Lei Saraiva, e completava o bordão conclamando: “Erguei-vos, escravos!”.¹ Apulcho é apenas um dos muitos ativistas abolicionistas e republicanos que a historiadora Claudia Santos recupera no excelente livro intitulado *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Por meio de uma narrativa dinâmica, meticulosa com o uso das fontes e problematizadora do debate historiográfico, a autora faz

uma história política renovada em forte diálogo com a história social. O leitor é levado a conhecer as trajetórias e projetos políticos de diversos militantes republicanos, muitos considerados intelectuais por sua efetiva participação na elaboração de projetos de futuro e na organização da ação popular em prol da abolição e da república, propagandeados na imprensa, nos panfletos e nas falas para o grande público. Os pensamentos e ações desses ativistas são magistralmente cotejados não somente com a análise dos acontecimentos da política nacional, construída nos gabinetes ministeriais e no parlamento, mas também com a chamada política miúda, que envolveu os acordos e disputas entre as diferentes correntes do republicanismo, do abolicionismo, seus agentes, jornais e associações. O livro

1 *Corsário*, 30 out. 1881, citação feita a partir do livro resenhado, p. 132.

possui uma narrativa inteligente e dinâmica, que incorpora o tempo curto, frenético, de um contexto político no qual tudo estava por vir, fazendo-nos sentir os ventos revolucionários, como um popular a caminho do *meeting*, mas também sofrer os dissabores da perseguição policial e da derrota das pautas sociais democráticas. Não à toa, a obra foi uma das cinco semifinalistas do Prêmio Jabuti Acadêmico, na categoria Arqueologia e História, em 2024.

A tese que embasa o livro não é nova, outros estudiosos já trilhavam argumento semelhante: o abolicionismo foi um movimento popular, de caráter nacional, que assumiu um viés de frente ampla envolvendo diferentes correntes do republicanismo e apoiadores da monarquia em constantes disputas, que oscilaram em força e estratégia, a depender da conjuntura.² Contudo, na pesquisa de Santos, essa

2 Ângela Alonso, *Flores, votos e balas*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015; Maria Helena Pereira Toledo Machado, *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, Rio de Janeiro: UFRJ/São Paulo: Edusp, 1994; Hebe Mattos, *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista* (3ª ed.), Campinas: Editora da Unicamp, 2013; Maria Tereza Chaves de Mello, *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, Rio de Janeiro FGV/Editora Edur, 2007; Ricardo Salles, *Joaquim Nabuco, um pensador do Império*, Rio de Janeiro:

proposição é apenas a porta de entrada para desvendar as diferentes linhagens republicanas do abolicionismo, revelando seus múltiplos agentes, diferenças de pensamento, projetos de ação e perspectivas de futuro. Seu objetivo é provar que nem todo republicanismo foi conservador e que o povo participou ativamente, *nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*, das principais disputas políticas travadas na esfera pública durante a década de 1880. Contudo, questiona: se a experiência política popular foi tão intensa e alvissareira, por que os principais ativistas republicanos, muitos deles homens negros, foram apartados do “panteão da história do abolicionismo”? Por que prevaleceu a versão monarquista de uma abolição parlamentar, palaciana e branca, que retirava o povo da cena política? E como explicar a vitória de uma narrativa sobre a Proclamação da República apartada dos movimentos populares e da pressão por reformas sociais democratizantes?

A resposta da autora é que a disputa acirrada entre as lideranças republicanas e monarquistas, bem como as

Topbooks, 2002. Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

concepções contrastantes sobre a participação popular e o uso da violência extrema contra os movimentos sociais, foi fator decisivo para a derrota do projeto de República popular e democrática que ganhou protagonismo na década de 1880. Desse modo, a pesquisa de Santos dá um passo além e encara a batalha pela memória como “parte indissociável e fundamental da história política da abolição” e da república (p. 23). Segundo ela, os republicanos populares conseguiram implementar a pauta da abolição imediata e sem indenização. Mas, em contrapartida, não tiveram força política suficiente para impulsionar as outras reformas democráticas aspiradas e, tampouco, para se legitimarem como artífices do 13 de maio e/ou do 15 de novembro. Foram, portanto, derrotados não só no campo da luta política, mas também na batalha pela história, já que o nome da maioria de seus líderes de origem negra, popular e republicana ficou quase esquecido, acabando por figurar a versão monarquista, tecida por Joaquim Nabuco, já nos dias subseqüentes à abolição e eternizada em sua obra *Minha Formação*.³

3 Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Distrito Federal: Senado Federal, 1998.

O recorte temporal do livro é inovador. Inspirada no estudo de Sandra Graham,⁴ a autora elege a Revolta do Vintém (1879) como marco inicial, por ser um movimento popular que parou a capital do Império e trouxe à cena pública ativistas que se envolveriam diretamente na causa da abolição e na queda da monarquia. A obra finaliza em 1889, com a Proclamação da República. Todavia, a reflexão se projeta para o futuro, lançando a hipótese de que o republicanismo popular que agitou as ruas na última década da monarquia só se desmobilizou com a repressão à Revolta da Vacina, em 1904. Dessa forma, as diversas agitações sociais dos primeiros anos do novo governo são interpretadas como continuidade das lutas por inclusão. Sua derrota resultou numa república oligárquica, com altos índices de desigualdade, bem diferente do que sonharam os populares através dos diversos projetos de maior inserção dos libertos e classes subalternizadas. Portanto, a pesquisa faz questão

4 Sandra Graham, “O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880” in Mônica Duarte Dantas (org.), *Revoltas, motins e revoluções* (São Paulo: Alameda, 2011).

de ressaltar que, ao contrário de “assistir a tudo bestializado”, passivo e como mero expectador, conforme carta de Aristides Lobo no Diário Popular, o povo participou ativamente dos eventos públicos pela abolição e a república.

O cuidadoso trabalho de Cláudia Santos está fundamentado em mais de cinquenta jornais, publicados entre 1875 e 1904, que pertencem ao acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, além de obras editadas à época. O livro possui treze capítulos que demonstram, pouco a pouco, como o abolicionismo se tornou um movimento social e se diferenciou do emancipacionismo. Os três primeiros textos privilegiam a década de 1870 e a Revolta do Vintém, evidenciando que a cidade do Rio de Janeiro possuía uma vida associativa em expansão e uma crescente participação popular na esfera pública. Esses fenômenos eram fomentados não somente pela imprensa abolicionista, que propagandeava seus ideais em leituras coletivas nas praças, vendas e cafés, almejando angariar mais adeptos em uma sociedade iletrada, mas, também, pela atuação dos membros das associações profissionais, clubes, sociedades literárias e

propagadoras da instrução, incluindo agremiações dos chamados “homens de cor”, que aderiam e/ou formulavam projetos de inclusão social, muitos deles defendidos por outros republicanos. Dessa forma, os protestos contra a invasão policial na Escola da Cancela (dezembro de 1873) e a demissão de Leôncio de Carvalho (junho de 1879), ambas ações que prejudicavam o avanço da educação de libertos, são interpretados como experiências formadoras de uma nova cultura política popular que colocava o povo na rua e fomentava sua organização, a exemplo do Clube Republicano São Cristóvão, fundado em 1876. Tudo isso se adensaria durante a Revolta do Vintém.

A Revolta contra o imposto sobre o transporte estourou nos últimos dias de 1879 e colocou o povo na rua. Os revoltosos organizaram *meetings*, depredaram bondes e obrigaram o governo a recuar da cobrança. A pesquisa de Santos revela que vários dos participantes da revolta continuaram na cena pública defendendo a abolição e as reformas como resultado da mobilização popular, demonstrando que tal vivência foi fundamental para sua formação política. Desde então, o movimento ganhou novos contornos,

unindo monarquistas e republicanos nas conferências emancipadoras, que tratavam da abolição sem abandonar o uso de ferramentas emancipatórias, tais como a compra de alforrias, as caixas de emancipação e os processos judiciais baseados na ilegalidade da lei de 1831. Nos primeiros anos da década de 1880, para evitar retaliações, a estratégia republicana para não atrair a atenção da polícia foi usar clubes e associações literários, bem como procissões, préstimos e cortejos fúnebres como espaços de ação política. Pela mesma razão, preferiram-se *meetings* e comícios em lugares fechados entre 1883 e 1887. No entanto, tais contendas perduram durante todo o processo, demonstrando que a forma de fazer política foi decidida na própria experiência da luta.

Dentro do campo republicano, o estudo apresenta um grupo evolucionista que pensava o parlamento como *locus* das reformas e a instrução pública como condição essencial para a participação política (p. 66). Tratava-se de um novo republicanismo, de caráter popular, que concebia o povo como principal agente das reformas sociais e da democracia, convocando-o à mobilização nas ruas. Fazendo coro

pela abolição, mas disputando a cena política na defesa da forma de governo já estabelecida, estavam lideranças monarquistas, como Joaquim Nabuco, que acreditavam na transformação pela via parlamentar (p. 20). Portanto, o movimento social pela abolição, que tomou corpo na década de 1880, se constituiu no calor de suas disputas internas e externas, envolvendo diversas expectativas de futuro, maneiras de pensar a política, organização de eventos populares e perspectivas de cidadania. No capítulo quatro, a autora aprofunda a atuação do ativista republicano popular Apulcho de Castro e seu jornal *Corsário*, revelando sua militância e de outros republicanos contra a Lei Saraiva, que reduziu drasticamente o voto popular (1881), bem como as principais pautas sociais defendidas: separação do Estado da Igreja, reforma da polícia e da justiça, nacionalização do comércio a retalho, ampliação do crédito para os pequenos. O jogo político era pesado, com forte violência policial, com infiltrados em manifestações, ameaças de morte, empastelamento dos jornais, quebra de equipamentos, entraves à atividade profissional e agressões, contando com o apoio das forças do

Estado e com o discurso da ordem para conter o ímpeto que vinha das ruas.⁵ Mas, se Apulcho de Castro e outros republicanos populares, a exemplo dos associados ao Clube Republicano São Cristóvão, apostavam na pressão das ruas para frear a reforma eleitoral de 1881, os evolucionistas defenderam a reação através da candidatura de deputados ao parlamento.

Nos três capítulos subsequentes (cinco, seis e sete), a autora aprofunda as dissidências entre abolicionistas monarquistas e republicanos e entre as principais correntes do republicanismo até a formação da Confederação Abolicionista, em 1883. A análise não perde de vista a reação conservadora e a implementação do discurso da ordem para desqualificarem os abolicionistas e defenderem a escravidão a escravidão como mal necessário.⁶

5 A pesquisa de Santos desmonta duas teses importantes sobre o Segundo Reinado. A primeira defende que os liberais foram mais amenos com o abolicionismo do que os conservadores, a exemplo dos três decretos de estados de sítio impostos contra as manifestações republicanas. A segunda sustenta que houve relativa liberdade de imprensa no período, haja vista a perseguição aos jornais declaradamente republicanos.

6 O capítulo 7 recupera as ações do conservador Paulino Soares de Souza e de seu jornal *Brazil* na defesa da lei de 1871 como solução definitiva para o fim da escravidão.

A Confederação Abolicionista é tratada como um marco, pois reuniu agremiações antiescravistas de todo o país, a exemplo do Clube Tiradentes, fundado em 1881. Por meio da pauta da emancipação imediata e sem indenização, o movimento ganhou força por seu caráter de frente ampla nacional. Mas não era só isso. Seus membros denunciavam a ilegitimidade da escravidão em virtude da à violação da lei de 1831, pleiteavam a cobrança do imposto territorial e a distribuição de terras a libertos com vistas a constituir uma democracia rural. Contudo, havia dissidências. Apulcho de Castro e Vicente de Sousa, por exemplo, fundaram a Sociedade Abolicionista Luso-Brasileira por discordarem dos métodos e da força do monarquista Joaquim Nabuco na Confederação.

Os capítulos oito e nove tratam das movimentações políticas em torno do projeto Dantas, que previa a libertação para escravizados com mais de sessenta anos, bem como fixava a data de 31 de dezembro de 1889 para a libertação definitiva e sem indenização. Assim como a reforma eleitoral de 1881, o projeto Dantas é acompanhado de perto pela historiadora,

pela historiadora, que demonstra as conexões entre a política parlamentar e as ações dos militantes envolvidos na política elaborada nos jornais e na experiência das ruas. A autora explicita os principais argumentos no campo abolicionista para apoiar ou não o projeto, sendo que a maioria acolheu a determinação da Confederação, que defendeu Dantas e a deputação como último compromisso com a legalidade. Entre as exceções, estava o Clube Tiradentes, que agregava grande parte do republicanismo popular. Em 1884, com a queda do gabinete, a reação conservadora veio forte com a promulgação do Regulamento Negro, que transformou o acoitamento de escravos em crime com dois anos de prisão, levando ao fortalecimento da corrente republicana no movimento abolicionista.

As questões militar, social e religiosa são abordadas no livro de forma inter-relacionada nos capítulos dez e onze. No caso do Exército, Santos baliza que disciplina e militância não eram incongruentes para a jovem oficialidade que advogava participação na política por meio da ideologia do soldado cidadão. Já os republicanos civis “viam nos

militares um instrumento para passar do evolucionismo à revolução, caso as condições políticas assim exigissem” (p. 256). Além disso, episódios como a demissão de Sena Madureira do comando da Escola de Tiro de Campo Grande e a solicitação de que soldados não fossem enviados para perseguir escravizados estiveram ligados ao comprometimento dos militares com a pauta da abolição. No que compete à questão religiosa, a identificação da princesa Isabel com o ultramontanismo e a acusação de conceder anistia aos bispos envolvidos com a maçonaria foram fartamente recriminadas na imprensa republicana por ferir a separação entre Estado e Igreja, contribuindo para minar as bases de um Terceiro Reinado.

A questão social era a mais intensa, não só pela forte crítica ao nepotismo e aos privilégios engendrados pela monarquia, mas pela permanência do Brasil como o último país escravista das Américas, após Cuba ter decretado a abolição em 1886. Na verdade, a autora demonstra que, desde 1885, o Partido Republicano investia na sua reorganização, tanto no Rio de Janeiro quanto em nível nacional. Em 1887,

havia uma pauta atrelando a abolição da escravidão à proclamação da república, isolando os monarquistas. Se o radical Silva Jardim falava em “revolução da Abdicação” (p. 356), Quintino Bocaiúva, líder dos evolucionistas, já admitia que a monarquia se encerraria após o falecimento de d. Pedro II. Em ambos os casos, atribuía-se importância aos militares para a efetivação da República. Portanto, quando Isabel assumiu a Terceira Regência, em junho de 1887, existia um consenso no campo republicano de que o Terceiro Reinado não se efetivaria.

Diferentemente das interpretações que dão protagonismo aos militares⁷ na análise dos momentos derradeiros da monarquia ou daquelas que priorizam o papel da Confederação Abolicionista e do parlamento,⁸ Claudia Santos destaca as diferentes linhagens do republicanismo, seus atores e associações, para demonstrar, definitivamente,

7 José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*, São Paulo: Cia das Letras, 1987; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (2ª ed.), São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Celso Castro, *Os militares e a república. Um estudo sobre a cultura e a ação política*, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

8 Alonso, *Flores, votos e balas*.

que sua versão popular foi decisiva para a desestabilização do regime e a Proclamação da República. Nos anos de 1887 e 1888, vários agentes impulsionaram a emancipação imediata e sem indenização, retornando às manifestações em locais abertos, comuns até 1883. Para eles, “ir para o espaço público, era ir para o enfrentamento da reação conservadora, e passava-se a admitir que certos atos de violência eram inevitáveis” (p. 271). O evento do assassinato de Apulcho de Castro (outubro de 1883), as manifestações de repúdio que tomaram as ruas com “vagabundos e capoeiras” que gritavam “viva a revolução” (p. 180) e a decretação de estado de sítio são exemplos dados pela autora para demarcar, de forma convincente, os laços estreitos entre o republicanismo, os populares e os escravizados. Não muito longe da capital do Império, aumentando ainda mais a pressão, a evasão das fazendas, com destaque para São Paulo e Campos, desafiava o discurso da ordem. O papel da resistência escrava por meio de fugas, roubos, crimes e processos nos tribunais era pregresso, mas ganhou corpo e visibilidade nas ações dos combativos Antônio Bento e Carlos

Lacerda. Nessa conjuntura, o republicanismo em suas diversas versões liderava o abolicionismo e instrumentalizava as questões militar, religiosa e social para ampliar a rejeição ao Terceiro Reinado.

As disputas acirradas no campo reformador durante os últimos dois anos da monarquia são aprofundadas nos capítulos doze e treze. Através da narrativa do tempo curto, dos acontecimentos políticos e embates sociais entre diversos agentes, a autora demonstra que a conquista da abolição imediata e da República não ocorreram como desdobramentos naturais de um processo em curso, mas, ao contrário, foram arduamente esgrimadas no cotidiano e envolveram disputas internas. Se até março de 1888 havia uma unidade entre o abolicionismo republicano, o republicanismo popular e o Partido Republicano, com o isolamento do abolicionismo monarquista essa configuração se transforma totalmente quando, após a ascensão do conservador João Alfredo, em 10 de março de 1888, José do Patrocínio adere ao projeto isabelista de Nabuco.⁹ Desde então,

9 Patrocínio se justifica dizendo ter acreditado no “imperador que simulara adesão às reformas democráticas enquanto

cria-se uma luta entre isabelistas e republicanos (p. 349) com grande violência política ao longo de 1888 e 1889, evidenciada nos embates entre Patrocínio e Silva Jardim ou entre a Guarda Negra e o Clube Republicano Homens de Cor. Todavia, com a queda do gabinete, Patrocínio volta às fileiras republicanas, assume o erro e busca se colocar como mártir da revolução. A cisão, porém, já havia ocorrido. Após o 13 de maio de 1888, os monarquistas cuidaram de combater a republicanização do movimento, implementando uma eficiente batalha pela memória da abolição, na qual a princesa Isabel se afirmou como “redentora” dos escravizados.¹⁰

O final do livro traz a reflexão: a Proclamação da República foi golpe ou revolução? Claudia Santos

nas salas discretas do palácio tramava contra o ministério” (p. 373).

10 “Se os republicanos esperavam uma forma de governo na qual o povo conquistaria as suas próprias vitórias pela participação política e o sufrágio universal, Joaquim Nabuco idealizou o Partido Abolicionista como base do governo de Isabel, que concederia ao povo as reformas sociais” e apostou “na experiência religiosa como elemento fundamental para a coesão social, concedendo à regente um papel importante nesse projeto. Entre os dois partidos, José do Patrocínio escolheu o isabelismo, com forte apelo à religiosidade, inclusive pela escolha dos adjetivos redentora e santa, associados à princesa” (p. 306).

rejeita a interpretação golpista, pois, como explicou detalhadamente em sua pesquisa, a chamada “revolução republicana” já estava sendo pensada por grande parte dos ativistas desde o início da década de 1880. As principais divergências entre os republicanos consistiam justamente em como implementá-la, pela via parlamentar ou ação direta do povo. As reformas consideradas essenciais há muito estavam na ordem do dia: educação pública e gratuita, imposto territorial, acesso à pequena propriedade da terra, voto universal, além da separação entre Estado e Igreja. Portanto, a Proclamação da República, a despeito de seu caráter militar e conspiratório, foi construída no âmbito do Partido republicano e com participação popular. Por conseguinte, a autora desmonta completamente o argumento da inevitabilidade da feição oligárquica da república como decorrência do conservadorismo republicano¹¹

e reforça que a derrota das pautas reformistas populares não pode ser confundida com a falta de projeto ou apatia política. A narrativa de uma Proclamação da República sem povo se iniciou logo após o 15 de novembro e se perpetuou na historiografia até muito recentemente.¹² Não inocentemente, ela invisibiliza os ativistas na rua, a imprensa negra, a desobediência dos escravizados, os discursos dos militantes exigindo direitos, a despeito da forte violência policial e de Estado. Ao construir de forma inovadora e sensível essa história dos vencidos, dos ideais derrotados, dos desejos não consumados, a autora prova que a desigualdade que marca a sociedade brasileira até a atualidade foi fruto de escolhas de um grupo vencedor. Mas essa história poderia e pode ser outra: “Vinde à praça pública proclamar a sua liberdade”!

Mariana Muaze  

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

doi: 10.9771/aa.v0i71.70524

11 Carvalho, *Os Bestializados*; Carvalho, *A formação das almas*.

12 Carvalho, *Os Bestializados*; Carvalho, *A formação das almas*; Castro, *Os militares e a república*.